



Câmara Municipal de Ouro Branco

PARECER JURÍDICO

TRAMITAÇÃO A EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI 136/25

RELATÓRIO

Foi protocolado no dia 22 de outubro de 2025, na Câmara Municipal de Ouro Branco, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº136/2025, de autoria dos vereadores Warley Higino Pereira e Nilma Aparecida Silva, com a ementa: *"DISPÕE SOBRE A ACEITAÇÃO DE RECEITAS MÉDICAS EMITIDAS POR PROFISSIONAIS NÃO VINCULADOS AO SUS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/MG, NOS TERMOS DA RENAME "*.

O Projeto de Lei veio acompanhado de justificativa/mensagem.

O presente parecer do setor jurídico da Câmara Municipal de Ouro Branco é uma prática auxiliar para a eficiência e legalidade do processo legislativo sendo feita a análise apenas de aspectos específicos do projeto de lei, como a legística (técnica legislativa) e a regimentalidade (conformidade com o regimento interno), sem adentrar no mérito da constitucionalidade e legalidade, o que é atribuição da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

O papel do setor jurídico, nesse contexto, não é substituir o trabalho da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, mas sim complementá-lo, fornecendo uma análise preliminar que irá auxiliar os vereadores na tomada de decisões mais informadas sobre a forma de tramitação dos projetos de lei.

FUNDAMENTAÇÃO

A presente análise recai sob a Emenda n.º 01 ao Projeto de Lei n.º136/2025, de autoria dos vereadores Warley Higino Pereira e Nilma Aparecida Silva, com a ementa: *"DISPÕE SOBRE A ACEITAÇÃO DE RECEITAS MÉDICAS EMITIDAS POR PROFISSIONAIS NÃO VINCULADOS AO SUS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELA REDE*



Câmara Municipal de Ouro Branco

PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/MG, NOS TERMOS DA RENAME".

Em análise preliminar de legística, verifica-se que o projeto submetido à apreciação deste setor jurídico segue as normas de clareza, precisão, ordem regimental e formalidade, características essenciais para a sua adequada tramitação.

A estruturação dos artigos, parágrafos, incisos e alíneas atende na maioria aos critérios da Lei Complementar 95/1998, que *"Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona"*, deixando o texto do projeto devidamente estruturado em sua técnica.

No que tange à regimentalidade, deve ser assegurado que o projeto de lei tramite conforme o regimento interno da Câmara Municipal de Ouro Branco, assegurando maior transparência e previsibilidade ao processo legislativo, contribuindo para a sua legitimidade e aceitação pública da construção normativa.

O art. 70 do Regimento Interno vigente estabelece que *"As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional, na ortografia oficial e assinada pelo seu autor ou autores."*

Por sua vez, o art. 82 do RICMOB é claro ao dispor que *"Recebido, o projeto será numerado, publicado, enviado a procuradoria jurídica e incluído na pauta para ser apresentado em Plenário, sendo posteriormente distribuído às Comissões, pelo setor de apoio, para, nos termos regimentais, ser objeto de parecer ou de deliberação."*

O projeto cumpriu, até o momento procedimental, os normativos regimentais.

In casu, verifica-se que trata-se de Emenda 01 ao Projeto de Lei n.º 136/2025, o qual já foi objeto de análise por parte desta Procuradoria, que emitiu parecer favorável, com as devidas considerações, por entender que a proposição principal se mostra juridicamente adequada e em consonância com os princípios constitucionais que



Câmara Municipal de Ouro Branco

regem o direito à saúde, especialmente o previsto no art. 196 da Constituição da República, que assegura o acesso universal e igualitário às ações e serviços públicos de saúde.

A Emenda n.º 01 ora apresentada não altera a essência do projeto aprovado sob o ponto de vista jurídico e material, mas aprimora sua técnica legislativa e reforça a conformidade da redação com as normas que regem o Sistema Único de Saúde (SUS).

Com efeito, a emenda visa ajustar o texto às regulamentações federais relativas à Assistência Farmacêutica, observando as pactuações realizadas nas Comissões Intergestores Tripartite (CIT) e Bipartite (CIB), conforme dispõe o art. 17, inciso IX, da Lei n.º 8.080/1990, e o Decreto n.º 7.508/2011, que regulamenta a referida lei.

O aperfeiçoamento também encontra respaldo na antiga Portaria n.º 2.928, de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, que tratava da ampliação do acesso à assistência farmacêutica e admitia a aceitação de prescrições médicas oriundas de serviços privados, desde que observadas as diretrizes e pactuações do SUS. Nesse sentido, a Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, que trata da CIB e da CIT, atualmente regulamenta as disposições anteriormente previstas na referida portaria.

Ademais, a emenda não implica aumento de despesa nem inovação de competência administrativa, pois mantém a vinculação do fornecimento de medicamentos àqueles de responsabilidade municipal, dentro dos limites pactuados, afastando eventual obrigação de custeio de fármacos de alto custo.

Destaca-se, ainda, que o texto proposto aprimora os critérios de intercambialidade medicamentosa, harmonizando-os com as orientações técnicas da ANVISA e do Ministério da Saúde, o que reforça a segurança jurídica e a efetividade do dispositivo legal.

Assim, a emenda apresenta caráter meramente aperfeiçoador, não configurando vício de iniciativa nem ofensa ao princípio da separação dos poderes, uma vez que não cria novas atribuições ao Executivo, limitando-se a ajustar a redação do



Câmara Municipal de Ouro Branco

projeto às normas técnicas e federais pertinentes.

Diante do exposto, considerando que esta Procuradoria já opinou favoravelmente quanto ao mérito e à juridicidade do Projeto de Lei n.º 136/2025, manifesta-se igualmente favorável à aprovação da Emenda n.º 01, por representar importante aperfeiçoamento técnico e jurídico da proposição, sem alterar sua finalidade ou gerar impactos financeiros adicionais.

Nessa senda, pelas considerações já alavancadas alhures, recomenda-se o início da tramitação do presente projeto de lei pela sua comunicação na próxima reunião ordinária ou extraordinária, quando se sugere a distribuição deste projeto para a **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, e para a Comissão de Saúde e Assistência Social.**

Verifica-se que o projeto de lei não tramita sob o regime de urgência, tendo cada comissão o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de seus respectivos pareceres. Destaca-se desde já que tal prazo é prorrogável uma única vez por igual período, desde que devidamente fundamentado e aprovado pela comissão (art. 29, III do Regimento Interno).

Pela matéria contida no projeto, conforme a Lei Orgânica de Ouro Branco e Regimento Interno da Câmara Municipal, o projeto deverá ser apreciado em turno único de votação aberta, com quorum de maioria simples.

A presente análise jurídica prévia visa otimizar o processo legislativo, garantindo que os projetos de lei estejam segundo as normas regimentais e com as boas práticas de elaboração legislativa antes mesmo de sua tramitação. Isso previne possíveis entraves futuros, decorrentes de vícios formais ou de tramitação inadequada, que poderiam comprometer a eficácia e a validade das normas aprovadas.

A análise de constitucionalidade e legalidade é prerrogativa da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o parecer prévio do setor jurídico não invade tal



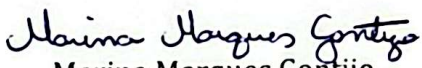
Câmara Municipal de Ouro Branco

competência, mas sim oferece um suporte técnico essencial para que os vereadores possam cumprir suas funções legislativas de forma mais eficaz e informada.

CÒNCLUSÃO

Em face do exposto, nos aspectos que compete a este setor jurídico, opina-se pela possibilidade do início da tramitação a Emenda n.º 01 ao Projeto de Lei n.º 136/2025, de autoria dos vereadores Warley Higino Pereira e Nilma Aparecida Silva, com a ementa: *"DISPÕE SOBRE A ACEITAÇÃO DE RECEITAS MÉDICAS EMITIDAS POR PROFISSIONAIS NÃO VINCULADOS AO SUS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO[MG, NOS TERMOS DA RENAME "*

Ouro Branco, 06 de novembro de 2025.


Marina Marques Gontijo
Subprocuradora do Legislativo


Victor Vartuli Cordeiro e Silva
Procurador Legislativo


Alex da Silva Alvarenga
Procurador-Geral do Legislativo